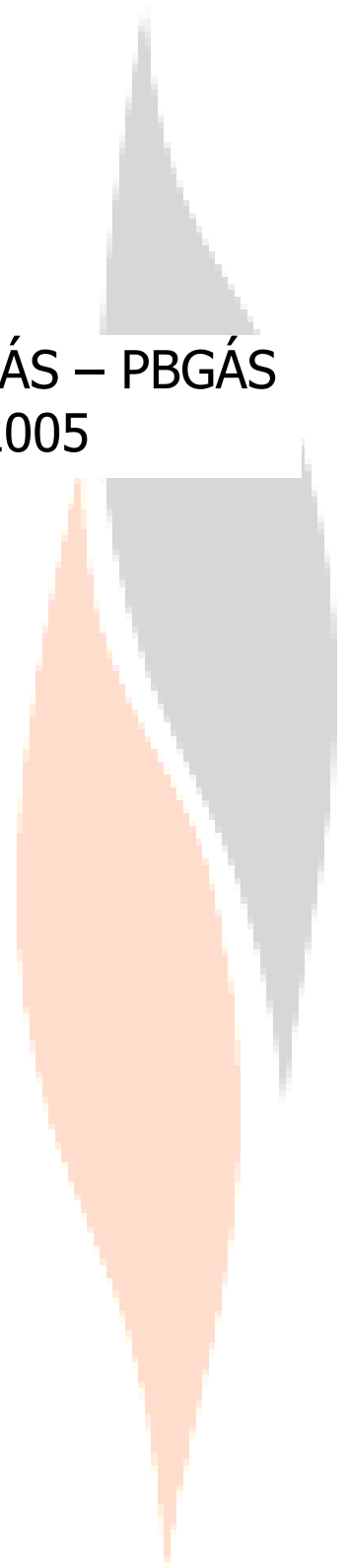


COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS RELATÓRIO ANUAL - 2005



I. Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, a Administração da PBGÁS submete à apreciação de Vossas Senhorias o **Relatório de Administração** e as **Demonstrações Financeiras da Companhia**, com Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2005.

Diante dos expressivos resultados alcançados em 2005 agradecemos o esforço e dedicação de nossos colaboradores, bem como o apoio e confiança que nos foram depositados por nossos acionistas, clientes, fornecedores, sociedade.

Os destaques e detalhamentos, parte integrante desta mensagem e relatório, descritos a seguir, especificam o acima afirmado.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Zenóbio Toscano de Oliveira - Presidente

Ricardo Lima de Souza – Vice Presidente

Manoel de Deus Alves

Renato Castro do Lago

Ricardo Antônio Araújo Cavalcanti

Conselho Fiscal

Letácio Tenório Guedes Júnior

Luiz Thadeu da Silva Bastos

Ricardo Jerônimo P. Rego Júnior

Diretoria Executiva

Manoel de Deus Alves – Diretor Presidente

Cláudio José de A. Camargos – Diretor Administrativo Financeiro

Germano Sampaio de Lucena – Diretor Técnico Comercial

II. Perfil da Empresa

Dentro da concepção de difundir o uso de uma alternativa energética limpa, segura e econômica, a **Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS** foi constituída em 1994, conforme lei estadual nº 5.680/92, com o objetivo específico de ***exploração da atividade de distribuição de gás canalizado ao Estado da Paraíba.***

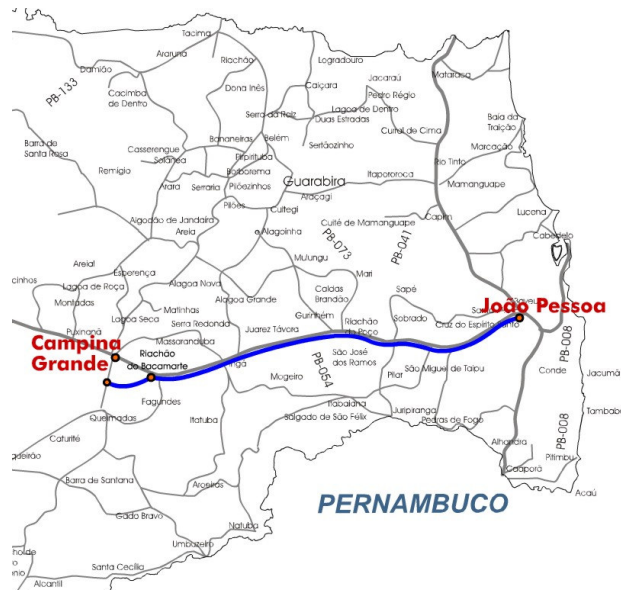
Além do Estado da Paraíba, representado pela Secretária de Infra-estrutura como acionista controlador, a PBGÁS tem ainda dois outros acionistas de peso no cenário de energéticos, o que lhe confere vantagens competitivas neste mercado. São eles a PETROBRÁS GÁS S/A - GASPETRO subsidiária da Petróleo Brasileira S/A - PETROBRÁS, e a Gás Participações Ltda – GASPART.

A PBGÁS detém **210,3 km** de extensão da rede de distribuição e gasoduto, através da qual, em 2005, foi comercializado um volume **99.075.985 m³** de gás natural, atendendo a 63 clientes.

Guiada pela incessante busca pela qualidade e atendimento a comunidade paraibana, a PBGÁS empreendeu ao longo de 2005 um esforço adicional de melhoria, abrangendo a todos os elos da cadeia operacional, indo desde a operacionalização da rede de distribuição atual até a implantação do programa de interiorização do gás natural, ligando os municípios de João Pessoa e Campina Grande, sempre cuidando para que as obras obedecessem aos padrões de segurança, qualidade e que gerassem o mínimo impacto e desconforto ao cidadão e ao meio ambiente; passando por rígidos controles de segurança das instalações, até chegar a um canal aberto de comunicação com o cliente, utilizando modernos recursos para melhor atendê-lo.

III. Investimentos

Em 2005 concluímos o investimento de implantação do programa de interiorização do gás natural, ligando os municípios de João Pessoa e Campina Grande, expandindo a rede de distribuição em 94,5 km. Dos investimentos realizados em 2005, 97% foram destinados a obras de expansão e melhorias na rede de distribuição e os 3% restantes, divididos em estudos e projetos e em softwares de monitoramento.



Tamanho da rede

	2005	2004
Gasodutos	210,3 km	102,86 km

Investimentos

(em R\$)	2005	2004
Em Rede	19.515.905	32.719.981
Em Modernização	575.909	709.479

Para 2006 está prevista a destinação de R\$ 16 milhões para investimentos, dos quais R\$ 11 milhões serão aplicados na expansão da rede, contemplando projetos como Residencial e Comercial de João Pessoa, Expansão Campina Grande/Queimadas/BR 230 e Implantação da rede de distribuição de Mamanguape, que viabilizará novos empreendimentos com o gás.

IV. Comercialização de Gás Natural

Resultados Operacionais

A receita operacional bruta atingiu R\$ 67,09 milhões, 15,6% acima da registrada em 2004. Contribuiu para esse resultado a captação de novos clientes, ao lado do aumento de 6,47% no volume de vendas.

	2005	2004
Receita Operacional Bruta	67.085.928	58.030.676
Receita Líquida	47.753.125	41.314.814
EBITIDA	11.991.292	8.737.497
Patrimônio Líquido	40.290.226	28.401.795
Ativo Total	77.937.729	60.158.673

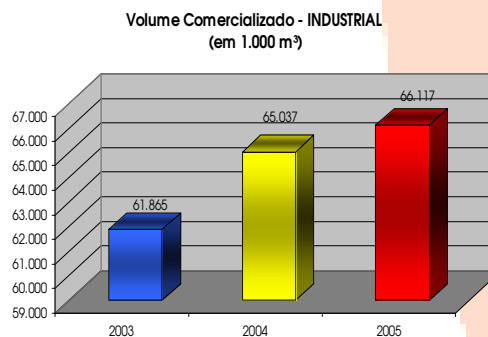
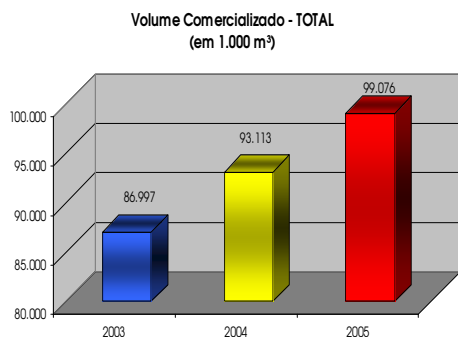
Número de Clientes

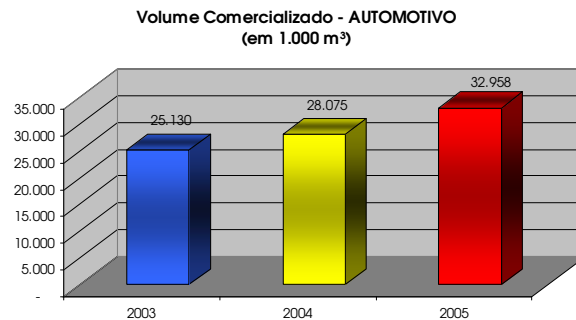
	2005	2004
Industriais	34	32
Residenciais	4	4
Comercial	1	1
Postos Capital	22	18
Postos Interior	2	-

O lucro operacional atingiu R\$ 11,02 milhões, 20,41% superior ao de 2004, em razão do aumento da receita operacional líquida (15,58%), mesmo com um crescimento de 13,09% nos custos operacionais da empresa.

Volume Comercializado

O volume comercializado pela PBGÁS cresceu **6,47%** em relação a 2004, impulsionado pelo crescimento de cerca de **17,64%** do segmento veicular, com a ligação de 06 novos Postos, utilizando, inclusive, tecnologia de gasodutos virtuais, a qual foi estendida a outras regiões do Estado com os benefícios competitivos e ambientais do gás natural.

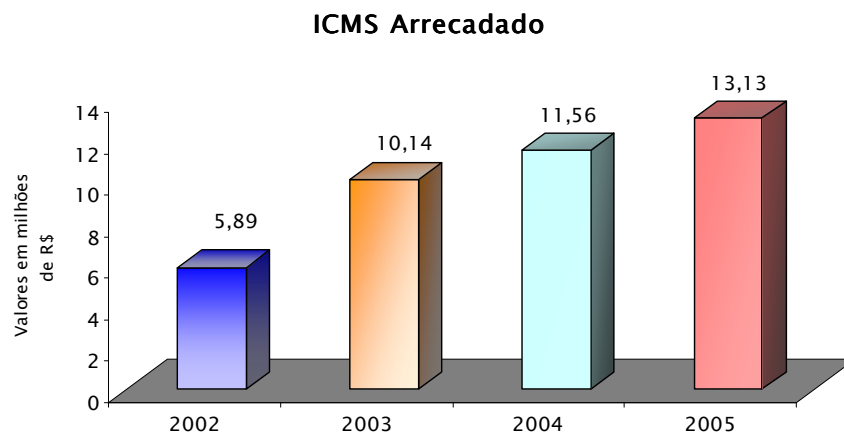




Por ser o nicho de atuação mais antigo e no qual a PBGÁS já atua em praticamente toda sua totalidade, onde existe rede de gasodutos, o segmento industrial não apresentou alterações expressivas em 2005.

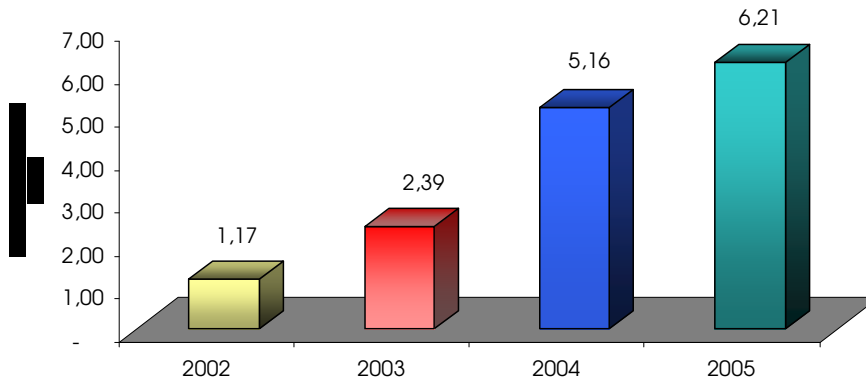
Impostos e Contribuições (ICMS/PIS/COFINS)

O bom desempenho do ano reflete-se em benefício para o Estado da Paraíba sob a forma de aumento na arrecadação de ICMS, que vem apresentando um comportamento ascendente.



As contribuições federais também sofre o reflexo do bom desempenho da empresa, em 2005, a PBGÁS foi responsável pelo recolhimento de R\$ 6,21 milhões aos cofres públicos através dos impostos incidentes sobre o faturamento da empresa (PIS/COFINS), representando um acréscimo de 20,35% em relação ao ano anterior.

PIS/COFINS Arrecadado



V. Gestão Corporativa

Pensamento Estratégico

Ao completarmos 10 anos de existência atingimos, como empresa, a idade adulta, o que nos remete a desafios ainda maiores e mais complexos, exigindo uma preparação em todos os campos do conhecimento e disciplinas que enriquecem a gestão empresarial moderna.

Através do cumprimento de nossa **Missão Institucional e da realização de nossa instigante Visão de Futuro**, a PBGÁS decidiu construir uma nova Estratégia de Desenvolvimento, resumindo os principais resultados que a diretoria e os gerentes da empresa produziram, apoiados em metodologia participativa que possibilitou ao grupo a percepção clara sobre **onde estamos e aonde queremos chegar**, como uma carta de navegação que nos orientará na busca de nossos objetivos.

O Planejamento Estratégico elaborado além de especificar a Identidade Organizacional da empresa, produziu um conjunto de ações, que, quando implementadas, contribuirão significativamente com os avanços da PBGÁS na busca de excelência empresarial.

Responsabilidade Social

Entendemos que o processo de crescimento vai além da expansão de mercado: é a socialização dos benefícios econômicos e ambientais derivados do Gás Natural

Por isso, em suas diretrizes administrativas, a PBGÁS vem implementando políticas sistematizadas para o seu desenvolvimento corporativo, buscando novos métodos gerenciais junto a instituições de reconhecimento, com o objetivo de assimilar avançadas tecnologias de gestão, visando melhorar constantemente sua produtividade e fomentar sinergias internas.

A política voltada ao capital humano busca promover seus colaboradores como Pessoas, Profissionais e Cidadãos, através do investimento na qualificação técnica e numa política de incentivos à participação no processo decisório da companhia.

Em 2005 as ações sociais foram divididas nas frentes de trabalho:

Esporte e Cultura

- 🚩 Patrocínio dos atletas mirins, Joewerton Bruno do Nascimento e Franciely Gomes Franco, que trouxeram para Paraíba premiações na categoria infantil na modalidade judô.
- 🚩 Apoio ao Corpo de Bombeiros da Paraíba, no III Duathlon Aquático campeonato paraibano.
- 🚩 Apoio à Casa José Américo de Almeida na confecção do livro " O ANO DO NEGÓCIO".

Social

- 🚩 Apoio à Instituição Veruska Mariá que trabalha com crianças portadoras de câncer.
- 🚩 Apoio ao Carango Fest 2005 – Prefeitura de Bayeux.
- 🚩 Patrocínio com a Prefeitura Municipal de João Pessoa – EMLUR na Campanha da Coleta Seletiva do Lixo.

Área Ambiental

A PBGÁS reconhece o seu compromisso em conduzir ações que visem o bem estar social, respeitando o meio ambiente, com base nos seguintes princípios:

- ✚ integração da política ambiental às demais políticas da Empresa;
- ✚ incorporação da componente ambiental às etapas de planejamento, projeto, construção e operação de seus empreendimentos;
- ✚ atendimento à legislação ambiental e aos compromissos ambientais assumidos;
- ✚ divulgação, ao público, das informações ambientais associadas a seus empreendimentos;
- ✚ comunicação constantes, com órgãos, comunidades, colaboradores, tendo em vista a troca de informações e a busca de soluções participativas;
- ✚ aperfeiçoamento de processos e incorporação de novas tecnologias visando à melhoria contínua do desempenho ambiental.

VI. Perspectivas de Mercado

Ao acelerado crescimento da demanda de gás natural na Paraíba, captaneado pelos segmentos industrial e automotivo, somam-se outras demandas já identificados, a exemplo do segmento comercial, residencial e co-geração, onde há muitas possibilidades de uso do gás ainda inexploradas. Focando nesses segmentos, estão previstas ações estratégicas para atender as carências desses mercados.

O atendimento dessas demandas é fundamental para viabilizar os investimentos já realizados pela empresa para expansão da sua rede de distribuição e para assegurar o adequado posicionamento da empresa no mercado, fortalecendo a sua competitividade e lucratividade; e contribuir positivamente para atrair e motivar a implantação/ampliação de diversos



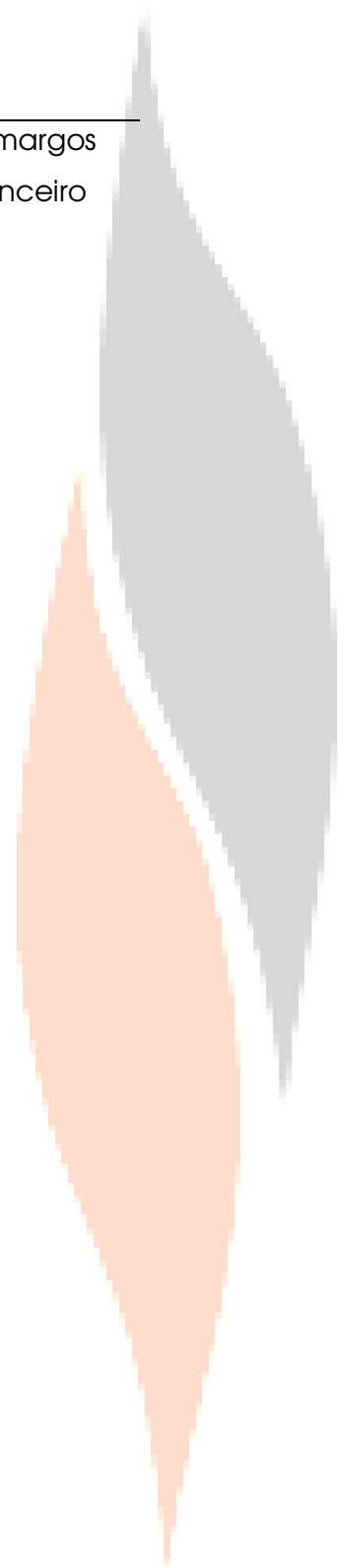
empreendimentos industriais de significativo interesse para a economia estadual, gerando riquezas e potencializando o seu desenvolvimento.

João Pessoa, Janeiro de 2006.

Manoel de Deus Alves
Diretor Presidente

Cláudio José de A. Camargos
Dir. Administrativo Financeiro

Germano Sampaio de Lucena
Diretor Técnico Comercial



VII. Parecer dos Auditores Independentes

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS
João Pessoa - PB

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 20 de janeiro de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-SP N° 11.609-S/PE

Claudio Lino Lippi
Contador
CRC-SP N° 97.866- TPE S/PB

VIII. Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2005</u> R\$	<u>2004</u> R\$
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	1.524.114	114.208
Aplicações financeiras	6.909.650	12.375.952
Contas a receber de clientes	2.382.582	1.694.313
Almoxarifado	29.346	36.157
Tributos a recuperar	252.458	356.656
Outros créditos	290	3.066
Despesas antecipadas	<u>95.520</u>	<u>49.395</u>
Total do circulante	<u>11.193.960</u>	<u>14.629.747</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Outros créditos	49.772	49.772
Convênios a executar - CINEP	5.141.697	5.106.448
Convênios a executar - TNS	<u>7.551.506</u>	<u>4.089.570</u>
Total do realizável a longo prazo	<u>12.742.975</u>	<u>9.245.790</u>
PERMANENTE		
Imobilizado - Líquido	52.243.074	34.831.109
Diferido - Líquido	<u>1.757.720</u>	<u>1.452.027</u>
Total do permanente	<u>54.000.794</u>	<u>36.283.136</u>
TOTAL	<u><u>77.937.729</u></u>	<u><u>60.158.673</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro
(Em Reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>2005</u> R\$	<u>2004</u> R\$
CIRCULANTE		
Fornecedores	2.655.625	3.453.746
Empréstimos de acionistas	4.295.032	2.238.559
Obrigações trabalhistas e sociais	230.135	191.211
Obrigações tributárias	905.426	687.740
Imposto de renda e contribuição social a pagar	355.623	348.286
Adiantamentos de clientes	77.384	2.258
Dividendos propostos	<u>1.732.450</u>	<u>1.439.717</u>
Total do circulante	<u>10.251.675</u>	<u>8.361.517</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos de acionistas	13.370.725	14.722.175
Créditos de acionistas	1.137.900	722.885
Convênios a executar - CINEP	5.141.697	5.106.448
Convênios a executar - TNS	7.551.506	4.089.570
Adiantamentos de clientes	<u>194.000</u>	<u>194.000</u>
Total do exigível a longo prazo	<u>27.395.828</u>	<u>24.835.078</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	19.107.833	8.636.265
Reserva de capital	9.086.376	4.376.461
Reservas de lucros	<u>12.096.017</u>	<u>13.949.352</u>
Total do patrimônio líquido	<u>40.290.226</u>	<u>26.962.078</u>
TOTAL	<u><u>77.937.729</u></u>	<u><u>60.158.673</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração de Resultado do Exercício em 31 de dezembro
(Em Reais)

	<u>2005</u> R\$	<u>2004</u> R\$
RECEITA BRUTA DAS VENDAS	67.085.928	58.030.678
DEDUÇÕES DE VENDAS, ABATIMENTOS E IMPOSTOS	<u>(19.332.803)</u>	<u>(16.715.864)</u>
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS	47.753.125	41.314.814
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	<u>(34.933.926)</u>	<u>(31.124.482)</u>
LUCRO BRUTO	<u>12.819.199</u>	<u>10.190.332</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(2.592.606)	(2.059.479)
Despesas financeiras	(383.965)	(170.014)
Receitas financeiras	1.508.211	1.687.295
Despesas tributárias	(337.500)	(500.925)
Outras receitas operacionais	2.616	1.223
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS - LÍQUIDAS	<u>(1.803.244)</u>	<u>(1.041.900)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.015.955	9.148.432
IMPOSTO DE RENDA	(2.729.989)	(2.263.108)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(991.436)	(823.359)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>7.294.530</u>	<u>6.061.965</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$ 1,00	<u>8,59</u>	<u>9,23</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos
em 31 de dezembro
(Em Reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	7.294.530	6.061.965
Itens que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciações e amortizações	1.789.934	1.106.346
Variações monetárias passivas no longo prazo	<u>3.261.613</u>	<u>1.339.670</u>
Total dos recursos oriundos das operações	12.346.077	8.507.981
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante		3.065
Créditos de acionistas	276.155	259.099
Empréstimos de acionistas		15.700.000
Convênios a executar - CINEP - exigível a longo prazo	19.032	5.106.448
Convênios a executar - TNS - exigível a longo prazo	3.461.934	4.089.570
Reserva de retenção de lucros	1.163.563	1.160.266
Incentivos fiscais do imposto de renda	2.358.289	1.889.040
Subvenção pelo incentivo de ICMS	4.240.666	2.487.421
Transferência do circulante para o exigível a longo prazo		194.000
Diminuição do realizável a longo prazo		<u>6.131</u>
Total das origens	<u>23.865.716</u>	<u>39.403.021</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aquisições de imobilizado	19.180.914	25.703.062
Aumento do ativo diferido	326.678	610.060
Aumento do realizável a longo prazo	3.497.185	9.196.018
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	4.454.434	2.238.559
Ajustes de exercícios anteriores		
Dividendos propostos	<u>1.732.450</u>	<u>1.439.717</u>
Total das aplicações	<u>29.191.661</u>	<u>39.187.416</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(5.325.945)</u>	<u>215.605</u>
REPRESENTADO POR:		
Aumento (redução) do ativo circulante	(3.435.787)	4.506.817
Aumento do passivo circulante	<u>1.890.158</u>	<u>4.291.212</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(5.325.945)</u>	<u>215.605</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido em 31 de dezembro (Em Reais)

	RESERVA		RESERVAS DE LUCROS				LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	DE CAPITAL		RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇ�O DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL PARA DIVIDENDOS OBRIGAT�RIOS N�O DISTRIBU�DOS			
	CAPITAL SOCIAL	INCENTIVOS FISCAIS						
	R\$	R\$						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	6.867.532	1.768.733	632.771	7.315.959	218.108		16.803.103	
Constitui�o da reserva de reten�o de lucros conforme AGO e AGE de 29 de mar�o de 2004				1.160.266			1.160.266	
Integraliza�o de capital								
- Reserva de capital	1.768.733	(1.768.733)						
Constitui�o da reserva de isen�o		1.889.040					1.889.040	
Subven�o pelo incentivo de ICMS		2.487.421					2.487.421	
Lucro l�quido do exerc�cio						6.061.965	6.061.965	
Proposta para destina�o do lucro l�quido:								
Reserva legal			303.098			(303.098)		
Dividendos propostos (R\$ 2,19 por a�o)						(1.439.717)	(1.439.717)	
Reten�o de lucros				4.319.150		(4.319.150)		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	8.636.265	4.376.461	935.869	12.795.375	218.108		26.962.078	
Constitui�o da reserva de reten�o de lucros conforme AGO e AGE 28 de mar�o de 2005				1.163.563			1.163.563	
Aumento de capital social conforme AGE de 22 de agosto de 2005	10.468.018	(1.889.040)		(8.360.870)	(218.108)			
Aumento de capital com integraliza�o de cr�ditos de acionistas	3.550						3.550	
Constitui�o da reserva de isen�o		2.358.289					2.358.289	
Subven�o pelo incentivo de ICMS		4.240.666					4.240.666	
Lucro l�quido do exerc�cio						7.294.530	7.294.530	
Proposta para destina�o do lucro l�quido:								
Reserva legal			364.727			(364.727)		
Dividendos propostos (R\$ 2,04 por a�o)						(1.732.450)	(1.732.450)	
Reten�o de lucros				5.197.353		(5.197.353)		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	19.107.833	9.086.376	1.300.596	10.795.421			40.290.226	

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

IX. Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 25 de outubro de 1994, a Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS (“Companhia”) é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual nº 5.680, de 17 de dezembro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado da Paraíba.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Paraíba, conforme contrato de concessão de 30 de dezembro de 1994.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como pela legislação societária vigente. As práticas contábeis adotadas estão descritas na nota explicativa nº 3.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Aplicações financeiras - São registradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;

Contas a receber de clientes - São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

Provisão para devedores duvidosos - Constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

Imobilizado - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas anuais descritas na nota explicativa nº 8.

Diferido - É demonstrado ao custo, deduzido da amortização acumulada, calculada em 10 anos a partir do início das operações e dos novos projetos.

Passivos circulante e exigível a longo prazo - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos

correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. Estão classificadas como de longo prazo as contas cuja liquidação se espera ocorrer após 12 meses da data do fechamento.

Provisão para imposto de renda - É constituída à alíquota de 15% mais adicional de 10%, sobre o lucro real.

Provisão para contribuição social - É constituída à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

Receitas e despesas - São apropriadas pelo regime de competência.

4. IMPOSTO DE RENDA

Em 10 de janeiro de 2000, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (atual ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste) a Portaria DAI/ITE - 17/2000, que concedeu a isenção do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração, por um prazo de 10 anos, da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 136.318.900 m³/ano, com efeitos retroativos a partir do exercício de 1997.

O valor correspondente à isenção do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado como Reserva de Capital em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2005</u> R\$	<u>2004</u> R\$
Caixa Econômica Federal - Fundo personal	6.666.121	10.355.465
Banco do Brasil - CDB/DI	<u>243.529</u>	<u>2.020.487</u>
Total	<u>6.909.650</u>	<u>12.375.952</u>

6. CONVÊNIO A EXECUTAR - CINEP

Em 29 de abril de 2004, foi firmado um convênio entre a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba - CINEP e a Companhia, com a interveniência do Governo do Estado da Paraíba, visando à execução do projeto, construção e montagem de 16,8 Kms do Ramal Tronco de distribuição de gás canalizado que atenderá o município de Campina Grande e região.

De acordo com o convênio assinado, a CINEP liberou recursos de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais) para a Companhia em conta específica do Banco ABN AMRO REAL S.A., onde os mesmos serão exclusivamente

movimentados para a execução do objeto do convênio. Ao final das obras a CINEP terá a propriedade dos 16,8 Kms do Ramal Tronco.

Os recursos estão assim apresentados nas demonstrações contábeis:

	<u>2005</u> R\$	<u>2004</u> R\$
<u>Ativo realizável a longo prazo</u>		
Disponibilidades em conta corrente	932	30.416
Aplicações financeiras	330.490	609.744
Recursos utilizados nas obras	<u>4.810.275</u>	<u>4.466.288</u>
Total apresentado como ativo realizável a longo prazo	<u>5.141.697</u>	<u>5.106.448</u>
<u>Passivo exigível a longo prazo</u>		
Recursos liberados	5.000.000	5.000.000
Rendimentos de aplicações financeiras	<u>141.697</u>	<u>106.448</u>
Total apresentado como passivo exigível a longo prazo	<u>5.141.697</u>	<u>5.106.448</u>

7. CONVÊNIOS A EXECUTAR - TNS

Em 25 de agosto de 2004, foi firmado um convênio entre a Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. - TNS e a Companhia, visando à execução do projeto, construção e montagem de gasoduto de 25 Kms componente do Citygate Avançado. O gasoduto a ser implantado será construído a partir de um entroncamento com o Gasoduto Nordestão, no município de Santa Rita, na Paraíba, até o município de São Miguel de Taipu, na Paraíba.

De acordo com convênio assinado, a TNS liberará recursos previstos de R\$ 7.439.020 (sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e vinte reais), para a Companhia em conta específica. Ao final das obras a TNS terá a propriedade dos 25 Km do gasoduto.

Em 3 de agosto de 2005, foi firmado o primeiro aditivo ao Convênio – TNS que teve como objetivo aumentar em R\$ 792.220 o valor firmado em 25 de agosto de 2004, de forma a incluir serviços que não foram previstos inicialmente. Com este aditivo o valor total estimado do Convênio passou a ser de R\$ 8.231.240.

Os recursos estão assim apresentados nas demonstrações contábeis:

	<u>2005</u> R\$	<u>2004</u> R\$
<u>Ativo realizável a longo prazo</u>		
Disponibilidades em conta corrente	115.024	131.065
Recursos utilizados nas obras	<u>7.436.482</u>	<u>3.958.505</u>
Total apresentado como ativo realizável a longo prazo	<u>7.551.506</u>	<u>4.089.570</u>
<u>Passivo exigível a longo prazo</u>		
Recursos liberados	<u>7.551.506</u>	<u>4.089.570</u>
Total apresentado como passivo exigível a longo prazo	<u>7.551.506</u>	<u>4.089.570</u>

8. IMOBILIZADO

	<u>2005</u>		<u>2004</u>		Taxa de depreciação % a.a.
	<u>Custo</u> R\$	<u>Depreciação acumulada</u> R\$	<i>Líquido</i> R\$	<i>Líquido</i> R\$	
Terrenos	33.712		33.712	33.712	
Móveis e utensílios	80.735	(33.708)	47.027	29.483	10
Hardwares e softwares	454.522	(205.538)	248.984	118.434	20
Instalações e gasodutos	12.915.383	(4.980.447)	7.934.936	8.982.520	10
Ramais	4.304.994	(907.830)	3.397.164	3.692.781	10
Obras em andamento	40.397.068		40.397.068	21.946.420	
Outros	<u>197.234</u>	<u>(13.051)</u>	8	<u>27.759</u>	
Total	<u>58.383.648</u>	<u>(6.140.574)</u>	<u>52.243.074</u>	<u>34.831.109</u>	

9. DIFERIDO

Referem-se aos gastos pré-operacionais para a estruturação e início das atividades operacionais, bem como para implantação de novos projetos, a saber:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Gastos de organização e administração	1.839.395	1.512.467
Encargos financeiros líquidos	(4.717)	(4.717)
Resultado da correção monetária	1.831	1.831
Impostos e taxas	1.884	1.885
Recuperação de despesas	<u>(9.697)</u>	<u>(9.448)</u>
Subtotal	1.828.696	1.502.018
(-) Amortização acumulada	<u>(70.976)</u>	<u>(49.991)</u>
Total	<u>1.757.720</u>	<u>1.452.027</u>

10. EMPRÉSTIMOS DE ACIONISTAS

Em 29 de abril de 2004, a Companhia firmou um contrato de empréstimo com seus acionistas Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO e Gás Participações Ltda. - GASPART, para o financiamento de recursos no total de R\$ 15.700.000 (quinze milhões e setecentos mil reais), a serem utilizados na obra de expansão do ramal João Pessoa/Campina Grande. Cada acionista é responsável por 50% (cinquenta por cento) dos recursos, o equivalente a R\$ 7.850.000 (sete milhões e oitocentos e cinquenta mil reais).

Os recursos serão creditados em 3 (três) parcelas mensais e consecutivas, por cada credor, sendo as 2 (duas) primeiras de R\$ 2.600.000 (dois milhões e seiscentos mil reais), e a terceira parcela de R\$ 2.650.000 (dois milhões e seiscentos e cinquenta mil reais), tendo sido efetuado o desembolso das parcelas nos dias 30 de junho de 2004, 1º de julho de 2004 e 30 de julho de 2004, respectivamente.

Cada uma das parcelas dos desembolsos feitos pelos acionistas, será tratada isoladamente, sendo totalmente amortizada em 48 (quarenta e oito) prestações mensais corrigidas monetariamente pela Taxa Selic, vencendo-se a primeira 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) contados a partir da data do respectivo desembolso.

O vencimento das parcelas de longo prazo é como segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
2006		4.308.929
2007	5.047.563	4.308.929
2008	5.047.563	4.308.929
2009	<u>3.275.599</u>	<u>1.795.388</u>
Total	<u>13.370.725</u>	<u>14.722.175</u>

11. CRÉDITOS DE ACIONISTAS

Refere-se a saldo de dividendos creditados pelos acionistas, corrigidos pela média da taxa líquida de aplicações da Companhia, para os dividendos creditados até o exercício de 2003, e para os demais, a atualização está sendo efetuada pela taxa Selic.

12. CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto de 849.036 (2004: 656.616) ações sem valor nominal, sendo 283.014 (2004: 218.874) ações ordinárias e 566.022 (2004: 437.742) ações preferenciais, todas de classe única.

O capital autorizado é de 6.000.000 de ações.

As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

13. DIVIDENDOS PROPOSTOS

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202.

Os dividendos podem ser demonstrados como segue:

	<u>2005</u> R\$	<u>2004</u> R\$
Lucro líquido do exercício	7.294.530	6.061.965
(-) Reserva legal – 5% até o limite de 20% do capital	<u>(364.727)</u>	<u>(303.098)</u>
Lucro básico para determinação de dividendo	<u>6.929.803</u>	<u>5.758.867</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro básico)	<u>1.732.450</u>	<u>1.439.717</u>
Dividendos propostos	<u>1.732.450</u>	<u>1.439.717</u>

14. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS E INCENTIVO FISCAL ESTADUAL

O Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria das Finanças, expediu a Instrução Normativa nº 001/GSF em 16 de junho de 2004, em atendimento ao Decreto nº 24.811, de 27 de janeiro de 2004, determinando que à Companhia fica atribuída a condição de sujeito passivo por substituição

tributária, nas operações de aquisição de gás natural. Os efeitos desses normativos retroagiram a 1º de fevereiro de 2004.

De acordo com a referida Instrução, a Companhia terá direito a crédito presumido aplicando-se o percentual de 74,25% (setenta e quatro vírgula vinte e cinco por cento) sobre o valor resultante da substituição tributária a recolher.

Este crédito presumido é simultaneamente transferido para o Patrimônio líquido como Reserva de capital.

15. PARTES RELACIONADAS

As transações mercantis com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS, empresa ligada, são realizadas de acordo com os preços estabelecidos pelo Governo Federal.

	2005		2004	
	<u>Passivo circulante</u>	Resultado	<u>Passivo circulante</u>	Resultado
	R\$	R\$	R\$	R\$
Fornecedores	<u>2.454.122</u>		<u>1.763.649</u>	
Compras de gás natural		<u>42.605.260</u>		<u>28.733.705</u>

A Companhia possui compromisso de compra de quantidades de gás natural até o ano de 2005 da ordem de 200 mil m³ dia (média anual diária). A partir do ano 2000 até o último ano de vigência do contrato, a Companhia está sujeita a penalidade contratual caso o volume de compra seja inferior a 80% (oitenta por cento) deste compromisso, desconsiderando os períodos relacionados à casos fortuitos ou de força maior e, desde que as paradas programadas de consumidores de grande porte sejam informadas com antecedência mínima de 30 dias à PETROBRÁS.

A referida penalidade contratual é determinada com base na multiplicação da insuficiência apurada no volume de compra pela margem média de distribuição, corrigida pelo IGPM. Consiste na realização de depósito a vista na conta da PETROBRÁS, cujo crédito poderá ser recuperado, em quantidade de gás, até o último ano de vigência do contrato e no limite do valor do depósito corrigido.

Em 31 de dezembro de 2005, o contrato de compra de quantidade de gás natural firmado com a Petrobras ainda não havia sido renovado. Apesar da ausência de contrato formalizado não houve interrupção nem de fornecimento nem de pagamento, sendo a relação comercial mantida nos termos do contrato vencido em dezembro.

16. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

17. CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

As declarações de rendimentos, assim como outros tributos e contribuições sociais, estão sujeitos a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Entretanto, não encontra-se lavrado contra a Companhia nenhum auto de infração, nem indicações de contingências relacionadas com o imposto de renda e outros impostos.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No exercício de 2005, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles constantes das demonstrações contábeis, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

X. Parecer Conselho Fiscal

